

**PROJETO BÁSICO AMBIENTAL
UHE TELES PIRES**

**P - 39 PLANO DE DESENVOLVIMENTO
DOS TERRITÓRIOS DE ALTA FLORESTA, JACAREACANGA
E PARANAÍTA.**

**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO
DE ALTA FLORESTA E PARANAÍTA**

(Texto para Discussão)

**CUIABÁ/MT
SETEMBRO DE 2012**

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

SUMÁRIO

1. LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ALTA FLORESTA E PARANAÍTA.....	4
2. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	5
3. PROGRAMAS E PROJETOS QUE INFLUENCIARAM A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO.....	6
4. PANORAMA HISTÓRICO REGIONAL.....	6
4.1 - FASES DO CRESCIMENTO ECONOMÔMICO.....	7
1 - A sociedade tradicional.....	8
2 - Pré-condições para o Desenvolvimento.....	8
3 - O arranco (take off).....	9
4 - A marcha para a maturidade (drive to maturity).....	9
5 - A era do consumo de massa (high mass consumption).....	10
5. PANORAMA DA SITUAÇÃO ATUAL DA REGIÃO.....	12
5.1. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO ECOLÓGICO DA REGIÃO.....	12
6. PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A REGIÃO.....	13
7. DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE.....	14
8. DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL.....	15
8.1 - OBJETIVOS DO MILÊNIO.....	15
1 - Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome.....	15
2 – Atingir o Ensino Básico Universal.....	15
3 – Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia das Mulheres.....	16
4 – Reduzir a Mortalidade Infantil.....	16
5 – Melhorar a Saúde Materna.....	16
6 – Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças.....	16
7 – Garantir a Sustentabilidade Ambiental.....	17
8 – Estabelecer uma Parceria Regional para o Desenvolvimento.....	17
8.2. IMPORTANCIA DO PLANEJAMENTO NA DEFINIÇÃO DOS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO.....	18
9. O QUE PODE AJUDAR OU ATRAPALHAR O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.....	19
9.1 - Vantagens Competitivas/Potencialidades.....	19
9.2 - Problemas e Estrangulamentos.....	19
9.3 - Oportunidades do Ambiente Externo.....	20
9.4 - Ameaças do Ambiente Externo.....	21
10. EIXOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.....	22
Eixo 1 - Uso Sustentável dos Recursos Naturais.....	23
Eixo 2 - Conhecimento e Inovação Tecnológica.....	23
Eixo 3 - Infraestrutura Econômica e Logística.....	23

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

Eixo 4 - Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas.....	23
Eixo 5 - Qualidade de Vida, Cidadania, Cultura e Segurança.....	24
Eixo 6 - Governabilidade e Gestão Pública.	24
Eixo 7 - Descentralização do Território e Estruturação da Rede Urbana.	24
Equipe Técnica do IPED	26

FIGURAS

Figura 1. Mapa de Localização de Alta Floresta	4
Figura 2. Mapa de Localização de Paranaíta.	4

GRÁFICOS

Gráfico 1. Caminho de Expansão de Alta Floresta e Paranaíta - 1970 a 2010.	11
---	----

QUADROS

Quadro 1. Evolução Populacional de Alta Floresta e de Paranaíta - 1970 a 2010.	7
Quadro 2 - Estágios do Caminho de Expansão.	11

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

1. LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ALTA FLORESTA E PARANAÍTA.



Figura 1. Mapa de Localização de Alta Floresta



Figura 2. Mapa de Localização de Paranaíta.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

2. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.

Indicador	Alta Floresta	PARANAÍTA
Área Geográfica - Km ²	9.310,27	4.830,14
População Censo 2010	49.164	10.684
Taxa de Urbanização	86,89	52,90
Densidade Demográfica (Hab./Km ²)	5,28	2,22
PIB Per Capita (R\$) - 2008	10.128,63	10.118,75
IDH – M (2000)	0,779	0,718
Distância da Capital - Km	757	868
População Economicamente Ativa – PEA (15 a 69 anos)	34.789	8.695
População Jovem (15 a 24 anos)	9.170	1.872
População Idosa (70 anos ou mais de idade)	1.657	357
Pessoas naturais do Município	18.215	2.659
Domicílios Urbanos	13.158	1.764
Média de Moradores por Domicílio na Área Urbana	3,26	3,20
Escolas / Salas De Aula (2011)	43 / 394	11 / 90
Pessoas de 15 anos ou mais de idade com Nível Superior Completo	2.414	252
Taxa de Alfabetização (pessoas com 10 anos ou mais idade)	91,9	89,90
Hospitais / Leitos	5 / 116	1 / 26
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2011)	16,5	14,50
Número de Estabelecimentos (CAGED)	2.535	467
N.º de Empregos com Carteira Assinada (Jan/ 2012 - CAGED)	8.260	2.183
Part. % da Agropecuária no Valor Adicionado	44,14	59,81
Part. % do Comércio/Indústria no Valor Adicionado	25,42	14,77
Part. % do Setor de Serviços no Valor Adicionado	12,13	8,23
Principais Produtos da Lavoura Temporária	Arroz (em Casca), Mandioca e Milho (em Grão)	Arroz (em Casca) e Mandioca
Principais Produtos da Lavoura Permanente	Café (em Grão), Coco- Da-Baía (Mil Frutos)	Café (em Grão), Palmito, Laranja
Produtos de Origem Animal	Leite, Ovos de Galinha, Mel de Abelha	Leite, Ovos de Galinha, Mel de Abelha
Rebanho Bovino (Cabeças)	839.711	406.091
Outros Rebanhos (Cabeças)	105.642	80.700

Fonte: Perfil Socioeconômico do Município de Alta Floresta, 2012. Perfil Socioeconômico do Município de Paranaíta, 2012.

Elaboração: Instituto de Pesquisa Desenvolvimento e Gestão - IPED, 2012.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

3. PROGRAMAS E PROJETOS QUE INFLUENCIARAM A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO.

❖ Programa de Integração Nacional - PIN:

O Governo Federal por volta da década de 60 do Século XX, lançou o Programa de Integração Nacional - PIN, com o lema “Integrar para não entregar”, o qual teve como principal objetivo principal intensificar a ocupação da Amazônia Legal, englobando parcela significativa do Estado de Mato Grosso, sendo que um dos principais projetos do PIN foi o início da construção da BR 163 visando integrar o Município de Cuiabá ao de Santarém-PA (parcialmente concluído), permitindo a expansão de frentes agropecuárias no Norte do Estado de Mato Grosso através do assentamento de famílias às margens da rodovia.

Este projeto permitiu o surgimento de vilarejos num raio de 150 km da margem esquerda e direita, que deram origem a diversos municípios considerados emergentes na economia matogrossense.

❖ Polo Amazônia:

O Programa de Desenvolvimento da Amazônia - Polo Amazônia, também desenvolvido pelo Governo Federal, com início na década de 80 do Século XX, tinha como objetivo promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia, envolvendo diretamente a região Norte Mato-grossense.

4. PANORAMA HISTÓRICO REGIONAL.

Até meados do século passado, as regiões de maior peso na economia e na população do que hoje é Mato Grosso eram: Cuiabá, Cáceres e, em menor medida, Tangará da Serra. As regiões de Barra do Garças e Rondonópolis, pela proximidade de Goiás tinham também uma presença importante na economia mato-grossense, mas com limitados vínculos com o resto do Estado.

Somente a partir da década de setenta, com a ampliação da malha viária e pavimentação de importantes rodovias, o movimento de agricultores avança para o norte, apoiado por incentivos fiscais e financeiros da SUDECO e POLONOROESTE, incluídos projetos de colonização privada e áreas agrícolas, dando origem a muito dos municípios que hoje compõe a região norte de Mato Grosso.

A cidade de Alta Floresta foi fundada pelo colonizador Ariosto da Riva, apelidado de “O Último Bandeirante”. O Município foi criado em 18 de Dezembro de 1979 através da Lei Estadual n.º 4.157.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

Fundada pelo mesmo colonizador de Alta Floresta, Paranaíta foi beneficiada pelas experiências de Ariosto da Riva em outros projetos de colonização. Inicialmente Distrito Administrativo de Alta Floresta, Paranaíta só se tornou município com a Lei Estadual n.º 5.004, de 13 de Maio de 1981.

No período 1995 - 2000, os municípios de Alta Floresta e Paranaíta apresentaram em conjunto uma população de 94.846 habitantes. Sem uma explicação lógica a população destes municípios veio a reduzir conforme Contagem Populacional realizada pelo IBGE no ano de 2005, passando para 56.268 pessoas, o que representou uma diminuição da ordem de 38.578 habitantes, ou seja, houve uma evasão populacional de 40,67%.

Quadro 1. Evolução Populacional de Alta Floresta e de Paranaíta - 1970 a 2010.

Anos	Alta Floresta	Paranaíta	População Total
1970	-	-	-
1980	22.999	-	22.999
1990	66.926	12.173	79.099
1995	79.591	15.255	94.846
2000	46.982	10.254	57.236
2005	47.236	9.032	56.268
2010	49.164	10.684	59.848

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/SIDRA, 2010.

Elaboração: Instituto de Pesquisa Desenvolvimento e Gestão - IPED, 2012.

Como demonstrado no Quadro 1 e Gráfico 1, os municípios de Alta Floresta e Paranaíta não conseguiram gerar condições para retenção deste contingente populacional. Face ao exposto buscamos fundamentos acadêmicos que venha explicar o desenvolvimento de regiões com características semelhantes que estejam vivenciando momento econômico de pós-colonização.

4.1 - FASES DO CRESCIMENTO ECONOMÔMICO.

Diferentemente do que entende o senso comum, o conceito de crescimento econômico vigente na atualidade engloba variáveis socioeconômicas e ambientais, não bastando o crescimento numérico (PIB) para caracterizar que uma determinada sociedade alcançou um determinado crescimento, mas torna-se imprescindível avaliar as implicações sobre o modo de vida de toda a sociedade e de como está sendo tratada a questão ambiental.

O crescimento econômico pode ser definido como sendo o aumento sustentado de uma unidade econômica durante um ou vários períodos. A sua avaliação faz-se através da análise de

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

certos índices como o Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O termo crescimento distingue-se de desenvolvimento por significar um aumento quantitativo da produção, cujas consequências mais visíveis são o enriquecimento da região com a elevação do nível de emprego e renda e com a melhoria geral da qualidade de vida da sociedade.

O crescimento econômico pode ser de apenas alguns setores em detrimento de outros, o que pode ocasionar uma concentração dos benefícios econômicos em apenas alguns seguimentos sociais, aumentando com isto a disparidade social (poucos ricos x muitos pobres).

Portanto o crescimento econômico deve estar aliado ao conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento vai além do crescimento propriamente dito, repercutindo sobre a qualidade de vida das pessoas e sobre o sistema social em geral, através da distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos do progresso.

O desenvolvimento econômico pressupõe ainda que as sociedades devem usufruir, porém sustentavelmente, dos recursos naturais (que são finitos se não utilizados racionalmente), mantendo-os para o as gerações futuras, que poderão ser prejudicadas pela exploração desenfreada do meio ambiente praticada pelas sociedades atuais.

Walt Whitman Rostow, renomado economista americano e autor do Livro *“As Etapas do Crescimento Econômico: Um manifesto não-comunista (1960)”*, definiu em cinco etapas o processo de crescimento econômico:

1 - A sociedade tradicional.

Uma sociedade tradicional é aquela cuja estrutura é desenvolvida dentro das funções de produção, porém limitada pela ausência de tecnologia e predominância de capital humano como força de trabalho ocasionando baixos índices de produtividade, conduzindo-a a condição de economia de subsistência.

2 - Pré-condições para o Desenvolvimento.

A segunda etapa de crescimento abrange a economia regional em seu processo de transição, ou seja, o período em que as condições prévias para o desenvolvimento são geradas, por meio de tecnologias modernas para defender-se do processo de concorrência com as economias externas. As pré-condições para o desenvolvimento são criadas inicialmente em função da modernidade tecnológica nas suas funções de produção, tanto na agricultura quanto no processo de transformação.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

É possível que o progresso econômico gere melhorias para o nível de conhecimento das pessoas, ampliando seu nível educacional e tornando-as aptas ao empreendedorismo dentro de uma visão moderna.

Além dos fatores mencionados, a preparação visa melhorias nas condições de armazenagem da produção interna, condições de logística de escoamento da produção, geração de condições para implantação de instituições financeiras e melhorias na gestão pública com a implementação de legislações modernas para a sociedade visando a sustentabilidade socioeconômica.

3 – O arranco (take off).

Representa o intervalo em que as obstruções e resistências ao desenvolvimento são superadas. Incrementa-se a industrialização, ocorrendo a migração de trabalhadores do setor agrícola para o setor industrial (com a mecanização o setor agrícola passa a absorver cada vez menos capital humano). As transformações da economia são acompanhadas pela evolução de novas instituições políticas (preparadas para levar adiante a modernização da economia) e sociais que dão suporte ao processo de industrialização.

O crescimento torna-se autossustentado por investimentos líderes que provocam o crescimento continuado da renda, gerando maiores volumes de poupança que são destinados ao financiamento de futuros investimentos (novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros dos quais, grande parte é reinvestida em novas instalações, gerando novas demandas por funcionários, serviços e bens intermediários, o que conseqüentemente leva a fluxos aumentados de investimentos no setor privado). “A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados. (ROSTOW, 1961, p. 20-21)”.

4 – A marcha para a maturidade (drive to maturity).

Nesta etapa a economia em ascensão procura estender a tecnologia moderna a todos os setores de sua atividade econômica. A economia se diversifica avançando para novas áreas produtivas. As inovações tecnológicas proporcionam uma diversidade de opções e oportunidades de investimento, que se refletem na ampliação e maior diversificação dos bens e serviços produzidos na economia.

A contextura da economia se modifica incessantemente à medida que a técnica se aperfeiçoa, novas indústrias se aceleram e indústrias mais antigas se estabilizam. A economia se

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

desenvolve e bens anteriormente importados passam a ser produzidos localmente; aparecem novas necessidades de importação, assim como novos artigos para exportação.

Podemos definir essencialmente o estágio de maturidade econômica como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe proporcionaram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos – se não a todos eles, os frutos mais adiantados da tecnologia. “Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. (ROSTOW, 1961, p. 22)”.

5 – A era do consumo de massa (high mass consumption).

Nesta etapa a economia direciona-se para o consumo de massa, florescem as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e o setor de serviços começa a assumir crescente relevância e preponderância dentro da estrutura setorial da economia. Na era do consumo em massa, alguns setores líderes se transferem para os produtos duráveis de consumo e para o setor de serviços [...]. “À proporção que as sociedades atingiram a maturidade no século XX [EUA, Europa Ocidental e Japão], duas coisas aconteceram: a renda real por pessoa elevou-se a um ponto em que um maior número de pessoas conseguiu, como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário; e a estrutura da força do trabalho modificou-se de maneira tal que não só aumentou a produção da população urbana em relação à total, mas também a de trabalhadores em escritórios ou como operários especializados – conscientes e ansiosos por adquirir as benesses de consumo de uma economia amadurecida. (ROSTOW, 1961, p. 23)”.

Assim, ao analisarmos a economia dos municípios de Alta Floresta e Paranaíta, sob a ótica de Rostow, podemos verificar que as mesmas estão caracterizadas como economias tradicionais. Com a chegada da UHE Teles Pires à região, proporcionando ampliação do nível de emprego regional, estas economias primárias poderão avançar gradativamente para o 2º estágio de Rostow, criando pré-condições para se desenvolverem e alavancarem suas economias.

Com as inúmeras ações desenvolvidas e em desenvolvimento pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires (saúde, educação, infraestrutura urbana, etc), Alta Floresta e Paranaíta estarão um passo a frente dos demais municípios da região polarizada por Alta Floresta. Tal condição só pode ser alcançada em virtude da presença do empreendimento e do nível de renda proporcionado pelo mesmo, principalmente para o município de Paranaíta.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

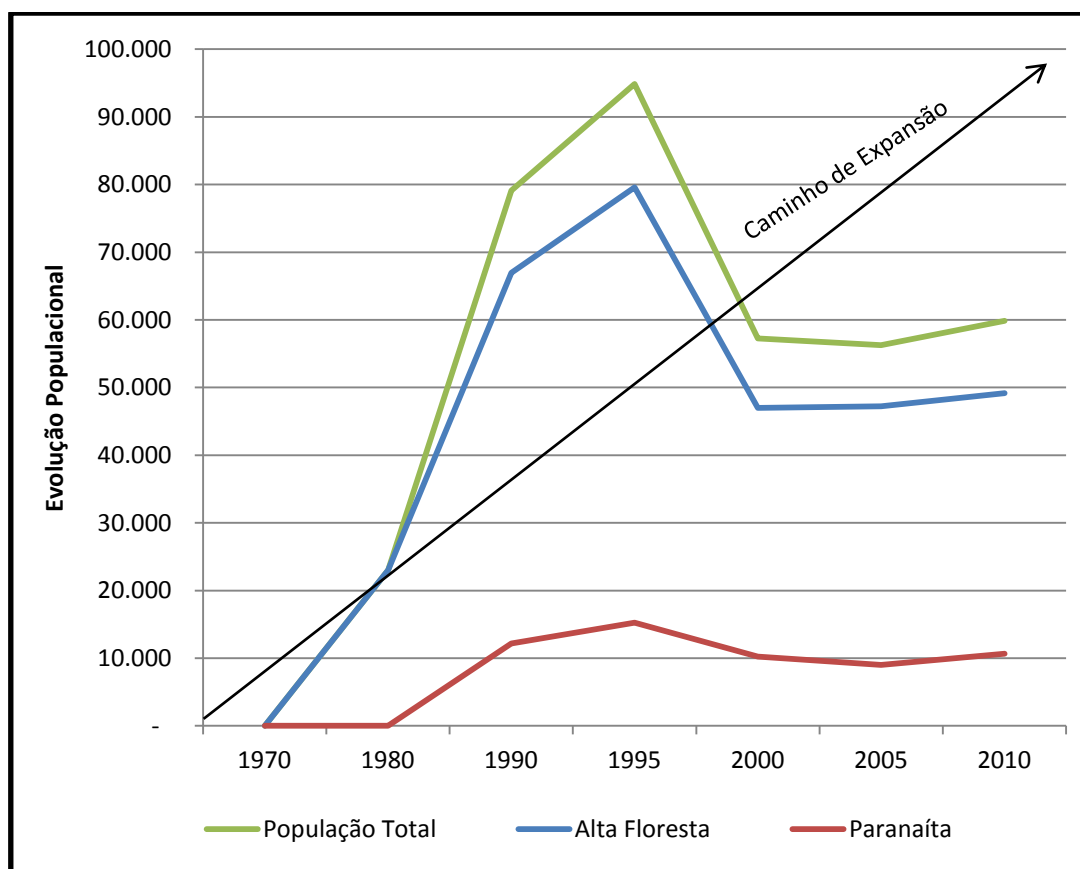


Gráfico 1. Caminho de Expansão de Alta Floresta e Paranaíta - 1970 a 2010.

Quadro 2 - Estágios do Caminho de Expansão.

Caminho de Expansão	Definição
1. A Sociedade Tradicional.	❖ Economia de Subsistência.
2. As Precondições para o Desenvolvimento.	❖ Especialização da Produção Primária.
3. O Arranco.	❖ Implantação de Indústrias Extrativas e de Transformação.
4. A Marcha para a Maturidade.	❖ Diversificação Industrial.
5. A Era do Consumo em Massa.	❖ Atividades Terciárias voltadas para a Exportação.
6. Além do Consumo (Economia Cósmica)	

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

5. PANORAMA DA SITUAÇÃO ATUAL DA REGIÃO.

Os municípios de Alta Floresta e Paranaíta localizados no extremo norte de Mato Grosso na fronteira com o Estado do Pará, num território de 14.140,41 km², que representa cerca de 1,56% do território estadual. Com uma População de 60.048 mil habitantes, em 2011, conforme Estimativa Populacional, publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União, equivalente a 1,81% do total do Estado. A região tem uma densidade demográfica de 4,25 hab./km², refletindo a existência de um grande vazio demográfico no território regional.

A base econômica da Região é dominada pela agropecuária, que representa 7,94% da composição do PIB agropecuário estadual, acima da participação da macrorregião norte na economia mato-grossense (apenas 5,71% em 2010). No setor primário da economia regional destaca-se a pecuária e constata-se a presença de garimpo e produção madeireira, aproveitando as vantagens competitivas que decorrem da disponibilidade de terras e dos recursos naturais. No PIB da região a agropecuária representa 39,5% enquanto a indústria alcança 14,92% e os serviços chegam a 45,63%.

O município de Alta Floresta apresentou em 2010, um PIB estimado em R\$ 11.278,10 milhões, equivalente a menos de 0,5% da economia do Estado. Quanto ao PIB de Paranaíta, em 2010, atingiu o montante de R\$ 11.546,77 milhões que foi surpreendentemente superior ao de Alta Floresta.

A economia regional é bastante concentrada, com o município de Alta Floresta contribuindo com 22,5% do PIB regional, e o município de Paranaíta com participação de 5,0% de PIB.

A taxa geométrica de crescimento populacional regional no período de 2000-2011 foi de apenas 4,75%, bem superior à do Estado (2,1%).

A Região Norte tem o menor IDH de Mato Grosso (calculado pela média dos índices dos municípios que compõem a região), estimado em 0,749, com razoável equilíbrio entre os seus municípios. O município de Alta Floresta apresenta IDH da ordem de 0,779 e Paranaíta com 0,718 bem abaixo do índice do Estado, que é de 0,767.

5.1. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO ECOLÓGICO DA REGIÃO.

Para regular a expansão econômica no território mato-grossense e moderar os impactos e a deterioração do meio ambiente, o Estado realizou o Diagnostico Socioeconômico Ecológico (DSEE) que analisa a realidade atual e define as regras de aproveitamento dos recursos naturais para as doze Regiões de Planejamento de Mato Grosso.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

O DSEE define também diretrizes de usos diferenciados dos ecossistemas de acordo com suas características ambientais e processo de antropização, de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável.

Excetuando a Unidade Socioeconômica e Ecológica em torno do município de Alta Floresta (USEE Alta Floresta), com a maior base econômica e mais intensa presença da pecuária, predomina na região do entorno ambiente com floresta conservada e muito conservada, incluindo algumas áreas de vazão demográfico. Na região existe uma Unidade Socioeconômica e ecológica dominada por florestas e ambiente de contato FLORESTA/SAVANA de Alta Floresta, densamente ocupada em fronteira recente, com pecuária, agroindústria e beneficiamento de couro e madeira, o ambiente apresenta alteração moderada.

Diante das futuras pressões antrópicas que podem ocorrer sobre estes Municípios, o Diagnóstico Socioeconômico e Ecológico realizado recentemente identifica regras e modos alternativos de ocupação do território regional, segundo categorias centrais, basicamente de usos a consolidar (áreas consolidadas ou em processo de consolidação das atividades produtivas mais dinâmicas, que requerem ações de manutenção e/ou intensificação das atividades existentes, objetivando a sustentabilidade ecológica, social e econômica), e de áreas a reordenar (áreas alteradas ou degradadas por uso inadequado, requerendo ações de recuperação ambiental e/ou reordenação das atividades produtivas).

6. PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A REGIÃO.

Nas próximas décadas a região de Alta Floresta e Paranaíta devem registrar acelerado crescimento econômico e expansão da população, como resultado dos impactos do cenário de referência no território mato-grossense, que impulsionará a desconcentração da economia estadual e a convergência dos indicadores sociais no Estado. A combinação das vantagens competitivas identificadas nos segmentos da pecuária, madeira, mineração e recursos bióticos com a ampliação e a melhoria do sistema viário de escoamento da produção através do asfaltamento da MT 208, além da melhoria das condições de tráfego da MT 320 - conexão com BR 163; ambas, contribuindo para a integração da região aos mercados nacional e internacional, proporcionando um grande dinamismo regional. Como, por outro lado, são limitadas as restrições ambientais, sendo a maior parte do território destinado a usos a consolidar, a economia de Alta Floresta e de Paranaíta deve crescer a taxas bem superiores (10% ao ano) à média Estadual (9,3% ao ano), completando a expansão e beneficiando-se da silvicultura e da produção madeireira controlada com beneficiamento industrial, incluindo reflorestamento para crédito de carbono, aproveitamento biótico e adensamento da pecuária, assim como ampliação do turismo com aproveitamento do potencial da energia hidrelétrica.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

Desta forma, em 2015, os Municípios de Alta Floresta e Paranaíta devem alcançar um PIB de R\$ 30.000,00 milhões, elevando a participação dos mesmos na economia de Mato Grosso dos atuais 5,3% para cerca de 10 %. O que fará com que a população da região cresça em ritmo superior à média do Estado, cerca de 3% ao ano (contra uma média estadual de 1,68%).

Para que a Região abrangida por estes Municípios possa desfrutar destas perspectivas é preciso verificar o estágio atual de desenvolvimento da mesma, o que poderá ser realizado pelo estudo do seu caminho de expansão.

7. DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE.

Dado o contexto atual, qualquer estratégia de planejamento, em qualquer esfera de governo e sociedade deve ter como premissa o conceito de desenvolvimento sustentável, e buscar sua implementação, visando desenvolver uma consciência social e ecológica, aliadas ao crescimento econômico.

Em 1983 foi criada pela Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, com a incumbência de reexaminar as questões críticas do meio ambiente e de desenvolvimento. No trabalho surgido dessa Comissão, apareceu pela primeira vez de forma clara, o conceito de "Desenvolvimento Sustentável".

O relatório "Nosso Futuro Comum", lançado em 1987 (também conhecido como "Relatório Brundtland"), veio alertar para a necessidade de conceber-se um novo tipo de desenvolvimento, que fosse capaz de manter o progresso em todo o planeta e, no longo prazo, ser alcançado pelos países em desenvolvimento e também pelos desenvolvidos. Cunhou, desta forma, o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, "*...o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*" (WCED, 1991).

O desenvolvimento sustentável passou a significar compatibilidade do crescimento econômico aliado ao desenvolvimento humano e qualidade ambiental. Portanto, para desenvolverem-se de forma sustentável as sociedades devem atender às necessidades humanas através do aumento de sua capacidade produtiva, no entanto deve assegurar a todos as mesmas oportunidades (gerações presentes e futuras).

A "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" - CNUMAD (mais conhecida por "Rio-92" ou "Eco-92") buscou o consenso internacional para a operacionalização do conceito do desenvolvimento sustentável. A partir desta conferência, o termo desenvolvimento sustentável ganhou grande popularidade passando a ser alvo de muitos

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

estudos e tentativas de implementação de políticas de gestão que buscam contemplar os seus princípios centrais.

8. DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL.

8.1 - OBJETIVOS DO MILÊNIO.

A Declaração do Milênio aprovada pelas Nações Unidas em setembro de 2000, estabeleceu um conjunto de 8 macro-objetivos a serem atingidos pelos países até o ano de 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade.

O Brasil, em conjunto com 191 países-membros da ONU, assinou este pacto e assumiu um compromisso compartilhado em manter a sustentabilidade do Planeta.

A Declaração do Milênio esta inserida na agenda do Brasil e deve estar inserida na agenda de cada um dos municípios brasileiros para ser implementada de forma local visando reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico sustentável.

Algumas ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, e outros grupos, que podem contribuir para o atingimento deste macro-objetivo:

1 - Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome.

- ❖ Estímulo à agricultura familiar e comunitária de subsistência;
- ❖ Combate à fome em regiões urbanas e rurais, através de iniciativas de voluntariado, distribuição e capacitação de mão de obra na elaboração de alimentos básicos;
- ❖ Programas de apoio à merenda escolar; apoio a programas de educação, capacitação e inclusão digital de crianças e jovens para futura inserção no mercado de trabalho;
- ❖ Programas de redução do analfabetismo funcional, familiar e da comunidade;
- ❖ Apoio à geração alternativa de renda, através de estruturação de cooperativas e aproveitamento da produção em suas atividades e suporte na comercialização de excedente;
- ❖ Implementação de políticas de diversidade, com inclusão de minorias étnicas, portadores de deficiência, outros grupos discriminados, etc..

2 – Atingir o Ensino Básico Universal.

- ❖ Apoio a programas de criação de oportunidades e estímulo no acesso ao ensino fundamental, ou melhoria de sua qualidade;
- ❖ Envolvimento direto/indireto da sociedade em ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, tanto em regiões urbanas como rurais; contribuição para a melhoria dos

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

equipamentos das escolas básicas e fornecimento de material didático e de leitura às mesmas;

- ❖ Programas de reciclagem e capacitação de professores do ensino fundamental;
- ❖ Programas de implantação de projetos educacionais complementares, com envolvimento familiar, visando estimular a permanência do aluno na escola, inclusive através da prática desportiva e cultural.

3 – Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia das Mulheres.

- ❖ Implantação de programas de capacitação e melhoria na qualificação das mulheres;
- ❖ Criação de oportunidades de inserção da mão de obra feminina, em atividades alternativas consideradas masculinas;
- ❖ Incluir a valorização do trabalho da mulher em programas de diversidade;
- ❖ Valorização de ações comunitárias que envolvam o trabalho feminino, apoiando iniciativas que promovam o cooperativismo e a autossustentação.

4 – Reduzir a Mortalidade Infantil.

- ❖ Apoio a programas de acesso à água potável para a população carente, visto ser esta a principal causa das doenças infecciosas infantis;
- ❖ Promoção de campanhas de conscientização no combate a AIDS, visando à prevenção de crianças portadoras do vírus;
- ❖ Suporte a programas de acesso, das crianças portadoras do HIV e outras doenças infecciosas, a medicamentos específicos;
- ❖ Programas educacionais, em comunidades carentes, de esclarecimento sobre higiene pessoal e sanitária, aleitamento materno e nutrição infantil.

5 – Melhorar a Saúde Materna.

- ❖ Apoio a iniciativas comunitárias de atendimento à gestante (pré e pós-parto) e melhoria da saúde materna, através de redes de atendimento fixa e ambulantes;
- ❖ Programas de apoio à saúde da mulher, facilitando acesso a informações sobre planejamento familiar, DST, prevenção do câncer de mama, gestação de risco, nutrição da mulher e do bebê.

6 – Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças.

- ❖ Programas de mobilização e informação no combate à AIDS e outras doenças epidêmicas como malária, tuberculose, dengue, febre amarela (nas empresas e comunidade);
- ❖ Programas que facilitem o acesso aos medicamentos necessários aos portadores de HIV e à prevenção (vacinas) das demais doenças;

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

- ❖ Programas de doações e distribuição de remédios à população de risco e baixa renda;
- ❖ Programas de prevenção na disseminação de informação sobre saúde sexual e reprodutiva para jovens e adultos, através de ações de voluntariado.

7 – Garantir a Sustentabilidade Ambiental.

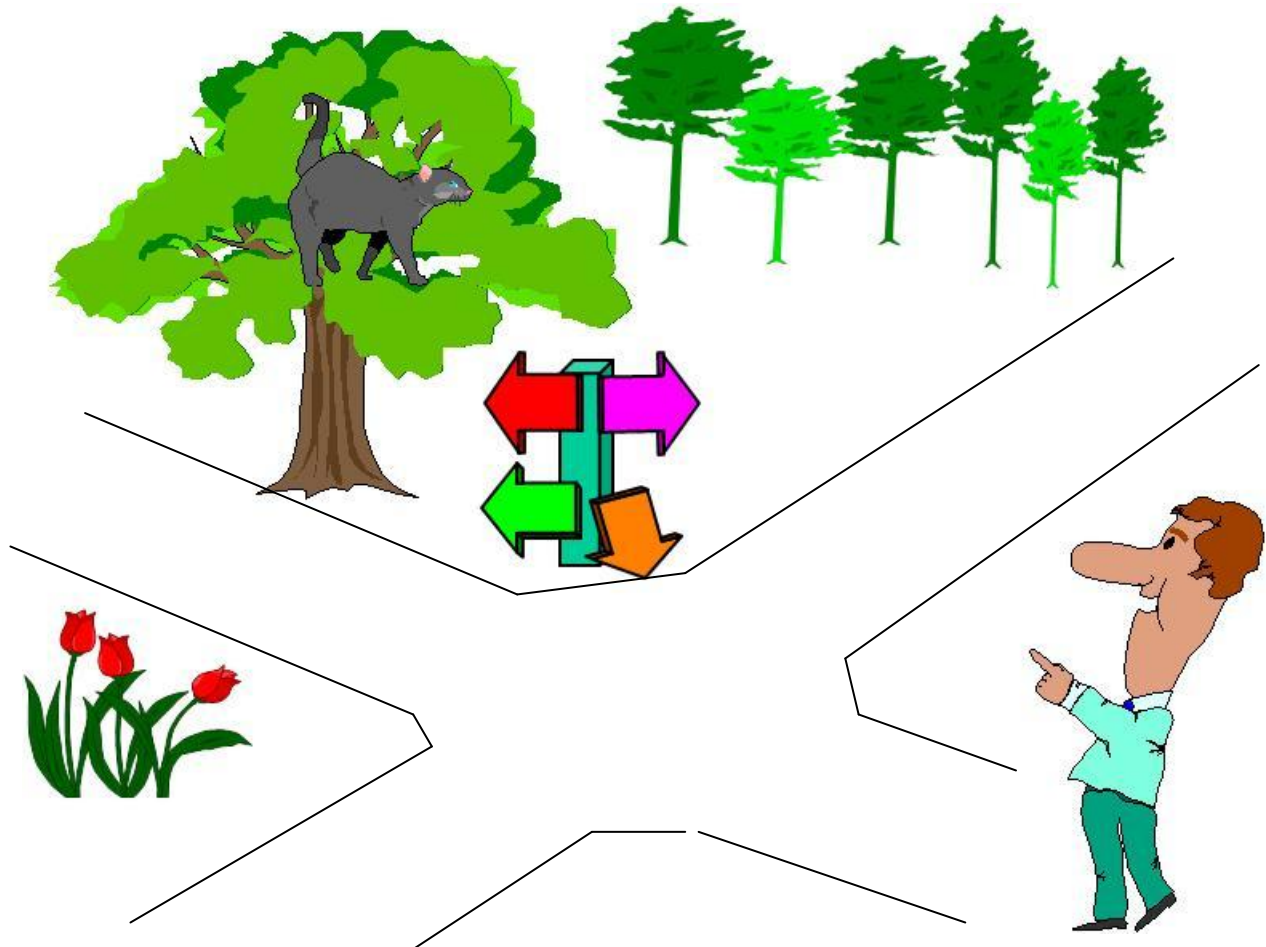
- ❖ Apoio a iniciativas na implementação de práticas ambientais sustentáveis e responsáveis, através da conscientização e disseminação das informações nas escolas, comunidades, empresas;
- ❖ Programas de mobilização coletiva para estímulo à reciclagem e reutilização de materiais;
- ❖ Ações de Voluntariado na comunidade com vistas à educação e sensibilização da população, com interferência direta nas associações e órgão representativos, escolas, parques, reservas, etc.;
- ❖ Suporte a projetos de pesquisa e formação na área ambiental;
- ❖ Promoção de concursos internos ou locais que estimulem o debate e a conscientização individual sobre o meio ambiente e a importância da colaboração de cada um;
- ❖ Desenvolvimento de programas parceiros no tratamento de resíduos procurando reverter o resultado em benefício de comunidades carentes;
- ❖ Promoção de "econegócios" (negócios sustentáveis), que preservam gerando ocupação e renda e melhorando a qualidade de vida das populações.

8 – Estabelecer uma Parceria Regional para o Desenvolvimento

- ❖ Programas de apoio à formação e capacitação técnica profissional dos jovens menos favorecidos, visando sua inclusão no mercado de trabalho, que podem ser desenvolvidos nas empresas, associações e comunidade;
- ❖ Mobilização de voluntários para criarem situações de aprendizagem e gestão em suas áreas de formação;
- ❖ Apoio a programas de geração de novas oportunidades de absorção e recrutamento de jovens nas pequenas e médias empresas;
- ❖ Apoio a programas de parceiras para a inclusão digital das pessoas menos favorecidas;
- ❖ Programas de formação e disseminação das novas tecnologias, em especial, a da informação, que promovam também a inclusão de portadores de deficiência;
- ❖ Doações de equipamentos novos ou usados para escolas, bibliotecas e instituições voltadas ao atendimento a menores e jovens carentes;
- ❖ Estímulo a programas que contemplem o empreendedorismo e autossustentação;
- ❖ Ações que promovam a inserção da comunidade carente na cadeia produtiva, através de financiamento direto de suas atividades, com a disponibilização alternativa da política de microcrédito.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

8.2. IMPORTANCIA DO PLANEJAMENTO NA DEFINIÇÃO DOS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO.



- *Pode dizer-me que caminho devo tomar?*
- *Isto depende do lugar para onde você quer ir.*
(Respondeu com muito propósito o gato)
- *Não tenho destino certo.*
Neste caso qualquer caminho serve.
(Trecho do Livro “Alice no País da Maravilhas” - Lewis Carroll).

8.3. DEFINIÇÃO DE CENÁRIOS.

Trata-se da descrição de um futuro - possível, imaginável ou desejável - para um objeto e seu contexto, e do caminho ou trajetória que o conecta com a situação de origem.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

Como toda reflexão sobre o futuro, os estudos prospectivos tratam de eventos e processos incertos. No entanto representam uma ferramenta importante para tomar decisões, na medida em que lida com antecipações.

Os cenários constituem-se em referencial para o planejamento na medida em que permite que empresas, instituições e a sociedade se antecipem a prováveis acontecimentos futuros.

9. O QUE PODE AJUDAR OU ATRAPALHAR O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

9.1 - Vantagens Competitivas/Potencialidades.

O desenvolvimento da região será bastante determinado por sua capacidade de atrair e reter investimentos, de modo a aproveitar as oportunidades criadas no ambiente externo, sobretudo o estadual, mediante a mobilização de suas vantagens competitivas. Portanto, identificar de forma correta as potencialidades ou vantagens competitivas da região é o primeiro grande passo para a definição de uma estratégia capaz de produzir o desenvolvimento regional esperado.

Assim, para a região polarizada por Alta Floresta identificamos preliminarmente as seguintes vantagens/potencialidades:

- ❖ Produção agropecuária diversificada com culturas permanentes e nativas, agricultura orgânica e pecuária de corte e leiteira;
- ❖ Base tecnológica adequada, incluindo manejo florestal;
- ❖ Base para o desenvolvimento de APL (artesanatos/piscicultura/fruticultura regional);
- ❖ Disponibilidade de matéria-prima para indústria de alimentos;
- ❖ Base para o desenvolvimento da indústria madeireira;
- ❖ Potencial turístico para a implementação de empreendimentos turísticos variados;
- ❖ Recursos florestais para o desenvolvimento da indústria de bioprodutos (fitoterápicos, fármacos, cosméticos);
- ❖ Recursos hídricos para usos múltiplos: geração de energia elétrica pelas usinas hidrelétricas em implantação no curso do Rio Teles Pires, pesca esportiva e prática de esportes fluviais;
- ❖ Boa estrutura de educação básica e superior - Campus da UNEMAT e outras Instituições Privadas, com potencial educacional para pesquisa;
- ❖ Presença de alguma organização social envolvendo cooperativismo, associativismo, organizações regionais e sindicatos;
- ❖ Assentamentos rurais em processo de consolidação, fortalecendo a agricultura regional.

9.2 - Problemas e Estrangulamentos.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

De outro lado, a capacidade de atrair, ou mesmo reter investimentos, para os Municípios de Alta Floresta e Paranaíta será bastante dificultada pela presença de problemas e estrangulamentos que colocam os mesmos em situação de desvantagem em relação a outros municípios do Estado, inibindo os investimentos e atrasando o seu desenvolvimento.

Destacamos para a região destes municípios os seguintes problemas e estrangulamentos:

- ❖ Precária estrutura de apoio para a agricultura regional, envolvendo pesquisa, assistência técnica, comercialização e crédito;
- ❖ Baixos índices de industrialização e de agregação de valor;
- ❖ Economia agrícola concentrada em poucos produtos;
- ❖ Tecnologia de produção arcaica e inadequada com modelo de pecuária extensiva;
- ❖ Frágil infraestrutura turística (acesso, logística, divulgação das potencialidades; projetos turísticos e calendários de eventos regionais);
- ❖ Indefinição de DSEE combinada com deficiência de política florestal, orientadora da ação do setor (corte seletivo e reposição florestal);
- ❖ Degradação ambiental e exploração econômica da madeira;
- ❖ Gestão ambiental ineficaz e baixa consciência ecológica;
- ❖ Baixa escolaridade e qualificação da Mão de obra;
- ❖ Malha viária precária para o escoamento da produção/ distancia dos mercados consumidores e abastecedores;
- ❖ Disponibilidade limitada de canais de comercialização;
- ❖ Organizações sociais com cultura individualista e com baixa participação política nas decisões da administração pública local e regional;
- ❖ Baixo dinamismo e adensamento da agropecuária;
- ❖ Produtor descapitalizado;
- ❖ Baixa qualidade de vida e de habitabilidade;
- ❖ Baixa capacidade de consumo no mercado;
- ❖ Baixa capacidade de investimento dos setores público e privado local.

9.3 - Oportunidades do Ambiente Externo.

O desenvolvimento atual e futuro do ambiente externo (estadual, nacional e mundial) deve proporcionar uma série de oportunidades de negócios que podem ser capitalizadas pelos municípios desde que os mesmos desenvolvam capacidade para tal. Estas condições externas “favoráveis” criam perspectivas orientadoras para a definição de estratégias para o desenvolvimento de Alta Floresta (polo regional) e de Paranaíta.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

Dado o cenário econômico atual e futuro, foram identificadas as seguintes oportunidades externas que poderão favorecer o crescimento/desenvolvimento da região abrangida por estes Municípios:

- ❖ Redução de Barreiras alfandegárias para os produtos da agropecuária;
- ❖ Formação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, com ampliação do mercado para produtos do agronegócio;
- ❖ Consolidação do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, formado por quatro países - Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela, com ampliação do mercado para produtos do agronegócio;
- ❖ Ampliação da demanda mundial por alimentos;
- ❖ Crescimento da demanda mundial e nacional por produtos orgânicos;
- ❖ Expansão da demanda por água e recursos naturais com forte aumento da demanda de hidroeletricidade no Brasil;
- ❖ Aumento da demanda de energia renovável, incluindo biomassa e biocombustível com mudança da matriz energética;
- ❖ Ampliação de mercado de crédito de carbono;
- ❖ Crescimento da demanda por produtos da biotecnologia e biodiversidade;
- ❖ Expansão do fluxo turístico mundial com destaque para o ecoturismo;
- ❖ Integração da infraestrutura da América do Sul, incluindo a saída para o pacífico;
- ❖ Ampliação da poupança e da capacidade de investimento público nacional;
- ❖ Formação de ambiente microeconômico favorável ao investimento produtivo nacional (lei de regulamentação do setor de saneamento, por exemplo);
- ❖ Implementação de mecanismos de indução da desconcentração regional;
- ❖ Expansão da capacidade de consumo do mercado interno nacional;
- ❖ Ampliação da poupança e da capacidade de investimento do setor privado.

9.4 - Ameaças do Ambiente Externo.

De modo similar, o desenvolvimento atual e futuro do ambiente externo (estadual, nacional e mundial) nas condições estabelecidas no cenário de referência trazendo consigo muitas ameaças que podem retardar o desenvolvimento da região de Alta Floresta e de Paranaíta, caso esta não tenha capacidade adequada de adaptação. Essas situações externas “desfavoráveis” se corretamente identificadas podem proporcionar, por seu turno, uma orientações importantes para a definição de estratégias para o desenvolvimento da região.

Assim, foram identificadas as seguintes ameaças externas à região de Alta Floresta e Paranaíta:

- ❖ Controle monopolístico de algumas tecnologias pelas multinacionais;
- ❖ Manifestação de mudanças climáticas globais;
- ❖ Intensificação da concorrência mundial com base em novas tecnologias;

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

- ❖ Recorrência e ampliação de epidemias e endemias em vegetais e animais;
- ❖ Ampliação de barreiras comerciais não tarifárias, com alta exigência de qualidade e de controle;
- ❖ Risco de retração da demanda por matérias primas, insumos e alimentos em razão de eventuais crises econômicas;
- ❖ Instabilidade dos preços internacionais dos produtos naturais e alimentícios;
- ❖ Ampliação da biopirataria com a retirada de amostras da biodiversidade;
- ❖ Intensificação da concorrência de países do MERCOSUL no agronegócio;
- ❖ Expansão do narcotráfico nas regiões de fronteira com o Brasil;
- ❖ Instabilidade política em países sul-americanos;

10. EIXOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.

Nos próximos vinte anos a região deve experimentar um grande dinamismo econômico e social, absorvendo e amplificando as condições muito favoráveis do contexto externo, em especial o Estadual, palco de maciços investimentos estruturadores nas áreas de transportes, energia hidrelétrica, logística, educação e inovação tecnológica. As próximas duas décadas serão de grandes transformações estruturais em Alta Floresta e Paranaíta, cujos reflexos far-se-ão sentir em termos de geração de oportunidades de emprego e negócios e na melhoria da qualidade de vida.

Os graves estrangulamentos em infraestrutura econômica serão superados com a construção de um sistema bem articulado de transportes e logística capaz de escoar a produção da região a custos competitivos; o carro chefe desta reestruturação do sistema viário regional será o asfaltamento da MT 208, uma vez que a mesma integra de forma definitiva a Região a dois dos principais eixos rodoviários do Estado, a BR 163 e a MT 170. De outro lado, a estrutura de produção deverá passar por mudanças importantes com a entrada de unidades industriais de processamento da produção agropecuária e fornecimento de insumos à montante das cadeias de grãos, carne e madeira; pequenos produtores devem se organizar em arranjos produtivos locais ampliando a capacidade competitiva em segmentos como apicultura, piscicultura, madeira e móveis, entre outros.

O setor de serviços, por seu turno, deverá experimentar uma ampliação e diversificação nos segmentos de prestação de serviços modernos nas áreas de: saúde, educação, serviços bancários e de intermediação financeira; mas, o destaque será a expansão do turismo, sobretudo do ecoturismo, como resposta aos investimentos em infraestrutura econômica e social, que ampliarão as condições de acesso, recepção e sanitárias da região.

As mudanças e transformações estruturais serão frutos da implementação das estratégias de desenvolvimento para a Região, que deverão ser formadas a partir de discussões com representantes da sociedade regional, confrontando as condições internas – potencialidades e estrangulamentos – com os processos e tendências externas – oportunidades e ameaças.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

As propostas de ação serão organizadas e sistematizadas em eixos estratégicos, compondo programas e projetos de importância para a Região. Os projetos destacados são apresentados a seguir seguindo a mesma estrutura definida pelo Governo Estadual em seu Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso (MT+20).

Eixo 1 - Uso Sustentável dos Recursos Naturais.

O eixo estratégico de Uso Sustentável dos recursos Naturais articula o conjunto das ações que podem reduzir as pressões antrópicas da expansão da economia, contribuindo para a conservação do meio ambiente e reorientando o modelo de aproveitamento das riquezas naturais na região polarizada de Alta Floresta.

Eixo 2 - Conhecimento e Inovação Tecnológica.

Educação e inovação tecnológica são dois fatores centrais do desenvolvimento e da competitividade sistêmica de um território, contribuindo para melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos. A educação além de ser pré-requisito para a ciência tecnológica, constitui também um elemento decisivo para ampliar e democratizar as oportunidades da sociedade, na medida em que prepara o cidadão para a vida e para o mercado de trabalho, principalmente quando associada à capacitação profissional. Desta forma, o eixo estratégico de Conhecimento e Inovação é a parte central da estratégia de desenvolvimento de Mato Grosso e, particularmente da Região de Alta Floresta.

Eixo 3 - Infraestrutura Econômica e Logística.

A região impactada pela UHE TELES PIRES apresenta alguns estrangulamentos na infraestrutura econômica, particularmente no transporte para sua integração econômica e para escoamento da produção para o mercado nacional e mundial. Apesar disso a economia regional tem apresentado grande competitividade internacional. No futuro, a região pode ter a sua competitividade diminuída se não tomar providências para ampliação e recuperação da infraestrutura econômica e logística. O eixo estratégico de infraestrutura econômica procura responder diretamente a estes estrangulamentos, buscando melhorar o desempenho atual além de preparar Alta Floresta e Paranaíta para os desafios do futuro.

Eixo 4 - Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas.

A agropecuária é à base do dinamismo da economia da Região de Alta floresta, concentrando a produção e as exportações em produtos de baixo valor agregado. Esta característica da economia regional diminui o impacto econômico e social das exportações e torna o território, como de resto, o Estado de Mato Grosso, vulnerável a flutuações internacionais de demanda e preços das commodities. Diante disso, o plano estratégico de desenvolvimento deve promover

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

a diversificação da estrutura produtiva e a agregação de valor dos produtos do agronegócio regional.

Eixo 5 - Qualidade de Vida, Cidadania, Cultura e Segurança.

O desenvolvimento sustentável tem como objetivo central a melhoria da qualidade de vida da população que se expressa pelo acesso aos bens e serviços públicos, na segurança e paz social, no exercício da cidadania e no desenvolvimento cultural. Para alcançar este objetivo, a Região de Alta floresta e de Paranaíta, ainda precisa melhorar muito as condições de vida de sua população, promovendo iniciativas de investimento nos diferentes segmentos sociais, que se beneficiam também dos resultados alcançados nos outros eixos estratégicos de desenvolvimento, particularmente no que trata de educação e do crescimento da economia, que gera oportunidades de emprego e renda. De qualquer forma, a estratégia de desenvolvimento regional deverá implementar este eixo estratégico diretamente direcionado ao segmento social visando elevar a qualidade de vida da população.

Eixo 6 - Governabilidade e Gestão Pública.

A análise das políticas públicas brasileiras – válidas também para Mato Grosso – costuma destacar como um dos seus grandes problemas a baixa eficiência e eficácia das ações e dos investimentos, gerando enorme desperdício de recursos e limitada implementação dos projetos. Por outro lado, apesar dos avanços recentes, a participação da sociedade na gestão pública ainda é muito restrita, o que acaba reduzindo o impacto e a efetividade das políticas públicas. O desenvolvimento sustentável da Região de Alta floresta depende da capacidade dos governos (estadual e municipal) representarem as aspirações da sociedade e de promoverem a qualidade gerencial que assegure a implementação das ações com os menores custos e a maior eficácia.

O eixo de Governabilidade e Gestão Pública deve articular ações que propõem enfrentar os problemas de gestão pública na Região, ampliando a eficiência, a eficácia e efetividade deste plano.

Eixo 7 - Descentralização do Território e Estruturação da Rede Urbana.

A expansão da economia regional tende a gerar algum processo de concentração no território, como resposta às condições diferenciadas de competitividade econômica do mercado. A estratégia de desenvolvimento regional deve compensar este movimento, criando condições para uma distribuição equilibrada da riqueza e das condições de vida no território, implementando projetos e tomando iniciativas de descentralização e desconcentração regional.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

Por outro lado, a organização do território regional passa pela formação de uma rede urbana que articula as hierarquias e múltiplas funções no espaço. Desta forma, a estratégia de desenvolvimento deve incorporar programas e projetos, articulados no Eixo de descentralização territorial e estruturação da rede urbana, promovendo a reorganização do território regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta primeira etapa do Plano foi utilizada metodologia participativa, a qual incluiu: reuniões com gestores públicos dos municípios, equipes técnicas municipais, palestras com uso de recursos audiovisuais, registros fotográficos das reuniões, memórias de reuniões, elaboração de relatórios os quais foram entregues à Companhia Hidrelétrica Teles Pires.

O Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta possui interface com os seguintes Programas Ambientais que compõem o PBA da UHE Teles Pires:

- P.31 - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico;
- P.36 - Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais;
- P.37 - Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais;
- P.38 - Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo;
- P.41 - Programa de Interação e Comunicação Social;
- P.44 - Programa Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório - PACUERA.

Para tanto esperamos que na construção deste Plano, possamos contar com a participação dos Técnicos da CHTP, de representantes dos Governos Municipais, bem como de técnicos das demais Empresas parceiras responsáveis pelos programas P.31, P.37, P.38, P.41 e P.44, para formar um Grupo de Estudo e desenvolver os Eixos Estratégicos propostos neste documento, proporcionando a integração das ações pertinentes do Plano de Desenvolvimento dos Territórios dos Municípios - P.39 com os demais programas elencados.

P.39 – Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta

Equipe Técnica do IPED

Antônio Humberto de Oliveira
Economista

Rosana Juliano
Economista

Kerli Magalhães Siqueira
Economista

Mirian Souza da Silva
Assistente Social

Nelson Marcondes
Especialista em Legislação Urbana

Nelson Massa
Arquiteto Urbanístico

Nilson Ferro
Administrador de Empresas